

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Uma episteme latino-americana - contribuições da teologia da libertação.

Carlos Ângelo de Meneses Sousa.

Cita:

Carlos Ângelo de Meneses Sousa (2009). *Uma episteme latino-americana - contribuições da teologia da libertação*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1709>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Uma episteme latino-americana – contribuições da teologia da libertação

Prof. Dr. Carlos Ângelo de Meneses Sousa
Universidade Católica de Brasília – DF – Brasil
carlosangelos@uol.com.br e cangelo@ucb.br

Resumo:

A teologia da libertação -TdL, em concordância com vários estudiosos europeus e latino-americanos, constituiu-se o maior acontecimento da cristandade pós-concílio Vaticano II. Nascida em terras latino-americanas, constitui-se uma resposta genuína aos desafios de um mundo secularizado e que, não obstante os desafios internos e externos que deve enfrentar, já criou, em termos sociológicos, caminhos de salvação através um ascetismo ativo intramundano dentro do catolicismo. Outrora esse caminho de salvação foi aberto somente pela reforma protestante que se desviou “da ‘fuga contemplativa do mundo’, e se dirigiu ao invés disso para um ‘trabalho neste mundo’, ativo e ascético” conforme Weber. O protestantismo inaugurou uma conduta ética onde a saúde soteriológica do crente estava diretamente relacionada com o seu sucesso, via desempenho econômico. No caso da teologia da libertação, esse ineditismo se instaurou igualmente pela “rejeição intramundana do mundo”, porém o indicador da

saúde soteriológica do fiel não se dá pela economia, mas pela política, isto é, pela ação política em vista da justiça social que gera sinais do Reino de Deus neste mundo ainda mesmo que parcialmente. Como parte de uma pesquisa que teve na sociologia weberiana da religião seu ponto de partida analítico, o trabalho destaca as contribuições da teologia da libertação para a formação de uma episteme latino-americana.

Palavras-chave: Teologia da Libertação, pensamento social e político latino-americano, sociologia da religião.

Este artigo versará sobre alguns aspectos da minha pesquisa (SOUSA, 2005) que teve como objeto de estudo a relação entre política e religião, a partir da ação social de um grupo de leigos do Movimento de Educação de Base – MEB, sobretudo na década de 1990, na diocese de Picos, no Estado do Piauí, pertencente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Ao longo da mesma apuramos em que medidas o “virtuosismo religioso” (WEBER, 1974), baseado na Teologia da Libertação - TdL, motivou a ação social dos agentes leigos do MEB/Picos, a ponto de desembocarem em um engajamento político, inclusive partidário.

Tivemos como objetivo geral averiguar de que maneira a ação social desenvolvida por esses agentes leigos foi imbuída por esse virtuosismo e em que medidas os mesmos se deixam interpretar por essa idéia, a fim de verificar se a TdL é uma versão católica de rejeição intramundana do mundo. Como objetivos específicos buscamos identificar e analisar as formas de “interesse religioso” e “interesse político” nas relações internas e externas da ação desenvolvida pelos agentes leigos do MEB; Destacar como a dinâmica de trabalho departamental do MEB e a história de vida desses agentes contribuíram para a construção dos “meios e fins de salvação” e verificar se nas relações entre religião e política se constatarem processos de “sacralização da política”.

Alguns dos conceitos que nos ajudaram na interpretação dos dados foram extraídos, sobretudo das idéias weberianas presentes em sua sociologia da religião. Com base na mesma utilizamos construtos analíticos como o de “caminho de salvação”, em outras palavras, “meios e fins de salvação”, “rejeição religiosa intramundana do mundo” e “sacralização da Política”. De Arendt (1993,p.15) nos imbuímos da idéia de que o sentido último da política é a “preocupação com o mundo” e no campo teológico, mormente das produções latino-americanas dos teólogos da libertação, notadamente dos irmãos Boff e de Gustavo Gutierrez. A TdL e a Filosofia da Libertação(DUSSEL,1988), bem como a obra de Freire(1985), Orlando Fals Borda (1959; 1978) e Alejandro Moreno (1995) são identificadas por Monteiro(1998) como as principais contribuições para uma episteme latino-americana.

Em Weber, o estudo da religião visa compreender qual a influência do comportamento religioso sobre as outras esferas da vida e de “apreender os conflitos que possam surgir da heterogeneidade dos valores que cada uma delas pretende servir”, dessa forma a sociologia da religião possui interface com diversas áreas, aqui destacamos a sociologia política e moral. A sociologia da religião não deve limitar sua explicação ao fenômeno religioso por si mesmo, “seu trabalho consiste em apreender ao mesmo tempo como a conduta religiosa orienta ou condiciona em parte as outras atividades humanas e respectivamente como se acha condicionada por elas” (FREUND, 1970,p.134-135/158).

Vimos que a tese fundamental da Teologia da Libertação é a de que a libertação dos oprimidos é hodiernamente, sobretudo na América Latina, a realidade da salvação de Deus presente no mundo. Assim, essa teologia “não se limita em pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado (...)”. Pretende-se então alcançar o Reino de Deus com base numa hermenêutica política do evangelho (GUTIERREZ, 1979,p.26-27).

Ao reconstituir o contexto sócio-histórico, político e cultural dos antecedentes da Teologia da Libertação, pudemos constatar que foi no seio dos movimentos eclesiais católicos, bem como protestantes, nos fins da década de 1950 e na década de 1960 no Brasil, que se iniciou as primeiras ações do ideário, embora não sistematizado, da Teologia da Libertação (GUTIERREZ, 1979; CONN & STURZ, 1984,p.150-151). Nesse cenário destacamos, a título de exemplo de sementes de uma Igreja Popular (MAINWARING, 1989,p.33), a “esquerda católica” que gerou e teve participação em alguns dos movimentos e ações da Igreja Católica no Brasil que a fizeram particularmente diferente e inovadora em relação aos outros países. Para nossa análise nos detivemos brevemente na Juventude Universitária Católica – JUC, reconhecida como o grupo mais expressivo dos setores da Ação Católica Brasileira – ACB.

O MEB possui uma rica história na construção da educação popular no Brasil, notadamente na década de sua criação, 1960, tendo recobrado, com vigor uma proposta político-pedagógica numa perspectiva crítica em meados da década de 1980 até o período pesquisado, isto é, a década de 1990. A retomada dessa perspectiva, indubitavelmente não aconteceu linearmente e sem a marca da contradição e condicionamentos sócio-históricos, consubstanciando relações de poder que marcaram o árduo processo de reconstrução do MEB enquanto uma entidade de assessoria da Igreja Católica no Brasil a serviço dos segmentos sociais marginalizados.

Os Seminários de Avaliação do MEB - SAMEB's (1984 e 1986) e a avaliação MEB/MISEREOR (1994) se constituíram marcos referenciais da reconstrução desse novo processo que se instaurou. Dessa realidade destacamos algumas querelas com fito de contextualizar esse processo de reconstrução, mesmo que brevemente. Entre outros destacamos: os focos de tensão e relação de poder intra e extra-institucional apresentados nos processos de regionalização, a retomada da proposta de ser uma entidade de assessoria, mas que vivia “uma crise” entre esse desejo e a prática de animação, enfim, todos esses destaques tiveram como pano de fundo os movimentos conjunturais e estruturais da sociedade e da Igreja Católica, notadamente visibilizada na representação da CNBB no MEB, isto é, o Conselho Diretor Nacional do MEB - CDN.

Observou-se uma relação constante entre o “MEB e a Igreja”, embora ora apresentando “um certo distanciamento”, ora “uma maior integração” e até “um testemunho explícito”. Não obstante a grande maioria dos membros do MEB possuírem um nascedouro nas pastorais e movimentos da Igreja, o primeiro núcleo de tensão institucional se dava justamente quanto à concepção que se tinha de “evangelização”, de “educação” e da “forma de ser Igreja”. O segundo núcleo de tensão era quanto ao nível de exigência que se requeria de uma assessoria, isto é, um maior profissionalismo por parte do MEB e os conflitos que daí emanam quando os assessores se relacionavam nas dioceses com outros agentes pastorais, aos quais não eram postas essas exigências, sendo as mesmas até vistas como oposição à postura de disponibilidade, de “fiéis abnegados”, polivalentes e à disposição para realizarem as demandas religiosas da diocese. Por fim, o terceiro núcleo de tensão estava no caráter nacional da instituição e a sua “encarnação” nas dioceses. O problema surgia quando o “termo encarnação” passava a sugerir “submissão”, “obediência”, e “enquadramento” nos planos e atividades da pregação católica” (PEIJNENBURG & SILVA, 1994,p.33).

O problema apontado no parágrafo anterior não se verificou no caso do MEB/Picos, pois na diocese de Picos “o MEB possuía uma filosofia que correspondia aos anseios do Concílio Vaticano II, no sentido de estar atento às camadas mais carentes, portanto, historicamente mais esquecidas e nesse sentido desenvolviam uma pedagogia de valorização dessas pessoas, tentando na promoção humana, fazer com que essas pessoas tomassem também consciência de que pertenciam ao povo, que deveria explorar, portanto, essa consciência em favor do próprio povo na comunidade (...) e veio somar” (Entrevista com membro do CDN – SOUSA, 1999), pois a diocese de Picos, na época em questão, já vivia essa perspectiva.

Na terceira parte da nossa tese discorremos sobre a relação entre política e religião na ação social dos agentes leigos do MEB/Picos. Inicialmente descrevemos o contexto onde se deu essa ação, isto é, a cidade de Picos e a região de sua diocese. Os dados apresentados mostraram a contradição entre a precariedade dos índices sócio-econômicos, culturais e educacionais, como, por exemplo, o índice de 76,2% de analfabetismo em todas as idades na cidade de Simões (IBGE, 1991) e a intensa atividade comercial da região, constituindo a cidade de Picos o segundo maior pólo arrecadador de ICMS do Piauí, depois de sua capital Teresina. Há também nessa região uma relativa efervescência política presente nos diversos movimentos sociais e populares, muitos deles nascidos a partir trabalho da diocese de Picos, especialmente do MEB.

Vimos também que no plano institucional, nos projetos e planejamentos do MEB há um corpo doutrinário-ideológico com elementos germinantes da educação popular onde os valores de justiça, igualdade, liberdade, solidariedade, fraternidade, autonomia de grupos e pessoas, emancipação, entre outros, congrega seus agentes a uma ação político-pedagógica junto às organizações populares. Observamos que estes sofreram influência do processo de relação com as agências de cooperação internacional, como a MISEREOR, a fim de que pudessem ser cada vez mais sistemáticos e apresentassem melhor “os impactos dos resultados” do trabalho.

Nesse sentido, na medida em que essas relações foram cultivando um pensamento, uma cultura racionalista, o MEB, em seus agentes, especialmente leigos, foram potencializando uma prática, um “modus operandi” que reforçava os pressupostos e as características de uma religiosidade ética, de salvação e distanciava-se dos elementos mágicos. Dessa forma, esse dado corrobora com a nossa hipótese, na medida em que a Teologia da Libertação, possuidora de uma religiosidade ética, de salvação, “sacralizando” a ação política, teve todo um campo aberto e fertilizado para a reflexão, a produção de idéias visto nos planos e projetos do MEB. Assim, conforme Boff (1987,p.58) “a práxis libertadora exige, por seu lado, uma racionalidade que lhe seja adequada”.

Destacamos a ação dos leigos do MEB/Picos em duas de suas práticas pedagógicas nucleares, a alfabetização de jovens e adultos e a assessoria ao movimento popular. Vimos em ambas uma ação político-pedagógica que baseada numa concepção histórica, transformadora da realidade social, visava gerar autonomia nos participantes desses trabalhos, onde o papel da política na transformação dessa realidade era vista como “*conditio sine qua non*”, ou em outros termos, a

pavimentação do caminho de salvação no mundo passava necessariamente pela política, via ação coletiva, que propiciava condições reais de brotar sementes do Reino de Deus já aqui no mundo.

Tal concepção ao criar e desenvolver processos de autonomização da consciência propiciou um afastamento das formas do pensamento mágico, ou ao menos, utilizou na maior parte das vezes, uma racionalidade distinta de um estágio de consciência moral heterônoma, que por possuir uma ética mágica, vê a história regida por forças sobrenaturais, conseqüentemente a-históricas.

Esse dado é importante para nossa pesquisa, pois quanto mais mágica se apresentar uma religiosidade, tanto menos autônomas serão as consciências de seus adeptos. Assim, há uma relação entre os níveis de autonomização das consciências e o processo de passagem histórico de formas mítico-mágicas de pensamento, passando pelas religiões históricas, de salvação e éticas, em direção às sociedades modernas. Esse tipo de religiosidade, que se afasta da magia (que encanta o mundo), propicia aos fiéis que a ela aderem uma maior flexibilidade em termos de reflexão pessoal.

Nesse contexto há uma “política da educação e pedagogização da política” ou para utilizarmos a própria fala de um desses atores “(...) a política é uma missão do Cristão. É um dos campos próprios da atuação do leigo”. Falando sobre o sentido da política, menciona que “(...) há uma política num sentido mais sociológico e uma visão cristã de você ser um cidadão que interfere, participa da vida da comunidade, que toma decisões e ajuda a criar essa sociedade nova que a gente quer”. Assevera ainda do gosto de dizer que “como política eu quero ser uma política educadora no sentido de ajudar o povo, de mudar essa mentalidade mesmo de que política é uma coisa e a fé é outra. Que política não respeita os outros, que só tem promessa. Então, quero ser uma política educadora, cidadã com uma gestão de responsabilidade, com ética”. E mais, “como educadora, eu quero ser uma educadora política. O que é que isso significa? É que a educação só tem sentido se o conhecimento, o saber for libertador. Se o saber for encarnado. Então eu seria uma educadora política no sentido da transformação social” (Entrevista com coordenador “A” do MEB/Picos – SOUSA, 2003).

Essa ação política, na forma de ver desses atores, dentro da conjuntura em que viviam, fazia com que concebessem a mesma como “um grande instrumento de transformação”. E mais “é por isso que há uma convergência quase que natural da vivência religiosa para a vivência política na Teologia da Libertação, entendendo que essa atividade política é um instrumento de transformação muito poderoso”. Devido a isso, explica o leigo do MEB/Picos “o cristão não pode se furtar, deixar de ter essa participação, senão ele estará deixando de atuar num segmento importantíssimo pra transformação

da sociedade, que é a atividade política”. Conclui dizendo que “é por isso que essas duas coisas [política e religião] têm essa imbricação, ligação muito próxima e eu acho que foi isso que motivou a fazer essa transposição do religioso para o político” (Entrevista com coordenador “C” do MEB/Picos – SOUSA, 2003).

Diante do conjunto de dados e análises aduzidos, vimos que há um processo de “sacralização da política”, na medida em que, antes de tudo, a política era vista como ação pela justiça social, assim

“enquanto ação pela justiça, concretizada na ação pela transformação das estruturas opressoras marcadamente injustas, a ação política possui uma dimensão ético-escatológica que sem absolutizá-la dá a ela uma densidade própria e impõe ao cristão uma certa atitude. Em um contexto de injustiça generalizada e estrutural, o cristão é chamado a transformar tal realidade mediante a ação político-social e a decisão de participar ou não de tal ação possui implicações não só relativas à sua salvação individual (política como “meio de salvação”), mas também à presença sacramental do Reino no mundo e a vitória ainda que parcial sobre as forças do mal, possuindo portanto relação escatológico-coletiva. A ação política, ao modificar as “estruturas do mal” que produzem injustiça, dor e morte, apresenta uma contribuição à formação de uma nova situação social onde a presença do mal objetivo é mais débil, contribuindo assim para formar um habitat mais sadio ao cultivo de uma vida de santidade, reforçando a dimensão salvífica coletivo-individual dessa luta”.

(ANDRADE, 1991,p.218)

No último item da terceira parte da nossa tese discorreremos sobre a relação entre política e religião a partir de alguns aspectos da história de vida dos agentes leigos do MEB/Picos. Referenciados em indicadores com base na Teologia da Libertação, relacionamos suas visões e práticas com elementos basilares do arcabouço desta teologia, como, por exemplo, a experiência com e crença em um Deus encarnado; a valorização da dimensão histórica de Jesus Cristo; o papel dos cristãos frente ao pobre; a importância da Bíblia; a dimensão celebrativa comunitária numa perspectiva de vivência sacramental como compromisso político-social, pessoal e comunitário, preferencialmente com os mais pobres e a conversão entendida como um processo de contato com o sagrado no mundo, produzindo uma ética de caráter social-estrutural e não meramente interpessoal, subjetiva.

Pudemos observar que os agentes leigos do MEB/Picos nos primeiros processos de socialização tiveram e conviveram em um ambiente familiar marcadamente católico, num catolicismo de massa ou tradicional que depois, devido ao contato com outros movimentos, pessoas e especialmente organizações pastorais da diocese e extradiocese, que possuíam uma perspectiva da Teologia da Libertação, assumiram uma outra religiosidade. Esta marcadamente “encarnada”, conforme expressão comumente usada, que significa uma religiosidade que não dissocia a fé da realidade concreta em que se insere o sujeito, em outras palavras, a fé encarnada é aquela que assume a presença divina em meio a realidades mundanas e não se aparta desta realidade para criar uma outra esfera “não contaminada” pelo mundo. Conforme expressão de um desses leigos há duas perspectivas de igreja: “uma Igreja voltada para dentro, para os sacramentos, para uma formação apenas cristã de eu e meu Deus” e outra perspectiva que queria “uma formação cristã, mas voltada para os problemas sociais”.

No que se refere à relação entre “a questão do pobre”, a fé cristã e a política, vimos que, segundo um dos leigos do MEB/Picos “isso tudo, essa minha vivência na Igreja, nos grupos me fez ingressar no mundo da política”. Por que isso aconteceu? A explicação dada foi a de que “a própria essência da Teologia da Libertação parte do pressuposto de que são os pobres que tem que se libertar do jugo, da situação de pobreza e opressão em que eles vivem” e que “nós entendemos e lemos, dentro desta conjuntura em que vivemos, que a política é um grande instrumento de transformação”.

Analisamos também que o desvelo da Igreja Católica com os pobres possui uma tradição milenar, remontando às suas origens e fontes evangélicas. A Teologia da Libertação se nutre dessa tradição que lhe é referência constante e fonte inspiradora. Contudo, a mesma criou uma ruptura no que se refere à forma dos cristãos se relacionarem com o pobre. Este, nesta teologia, já não é mais o objeto da caridade, mas sujeito de sua própria libertação. Nas entrevistas esses aspectos foram explicitamente mencionados quando se disse que a Teologia da Libertação tem uma importância muito grande na vida desses agentes leigos, pois ela “desenvolve um lado interessante das pessoas, no sentido da co-responsabilidade, da sensibilidade com os problemas sociais, com o envolvimento e participação dos pobres em sua própria libertação, de torna-los sujeitos do próprio processo de libertação” (Entrevista com coordenador “C” do MEB/Picos – SOUSA, 2003).

Destacamos a importância de situar essa mudança institucional na história em relação ao “pobre”, pois ela se constitui talvez a novidade política mais importante e a mais rica de conseqüências trazida pelos teólogos da libertação em relação à doutrina social da Igreja, bem como para a *práxis* social. Em Medellín e Puebla se institucionalizou essa ruptura no discurso da Igreja Católica, unificando episcopado latino-americano, não obstante suas contradições e ambigüidades.

Cabe mencionar que foi unânime a concepção e importância da política como meio, instrumento para a transformação do mundo segundo os agentes leigos dessa organização, mais ainda, a mesma constitui-se um “locus” privilegiado para execução da vontade de Deus, que é a construção do seu Reino ainda neste mundo. Vimos que o engajamento dos mesmos na esfera política nasceu de contatos e experiências no seio da Igreja Católica, desembocando numa participação direta no Partido dos Trabalhadores – PT.

As motivações que os levaram a um engajamento político evidenciaram uma profunda base religiosa, pois “o motor que me moveu sempre é esse compromisso cristão, esse sentimento e aí eu vou lá pra pro Evangelho de Lucas 4,18 “o espírito do Senhor está sobre mim, ele me ungiu para evangelizar os pobres,” e também no canto de Maria no Magníficat: “Ele olhou para a pequenez de sua serva...”. Todo o conflito da sociedade, do opressor e do oprimido, quem tem muito e quem tem pouco para viver então eu entendi sociologicamente, vendo Maria não como aquela mulher passiva, mas como uma mulher que enxerga, vê a realidade, questiona, pergunta e tem coragem de lutar”, bem como “eu comecei minha vida no campo da fé nas comunidades com orações, participações e depois com a PJMP¹ fui ligando mais a fé e a política, com o MEB isso se tornou concreto enquanto espaço na Igreja e depois numa dimensão mais ampla e concreta no PT” e ainda “o que motivou a candidatura foi toda a minha história de vida, meu engajamento junto à comunidade, a organização do povo e suas reivindicações (...) essa questão espiritual da Teologia da Libertação, que motiva esses princípios, tem uma ligação muito forte com a gente e faz com que a gente tome essas posturas”.

Podemos observar aqui uma ética que é gerada nessa relação entre a Teologia da Libertação e a ação política desenvolvida pela motivação religiosa brotada dessa perspectiva teológica. Os agentes leigos do MEB/Picos asseveram que o fato de terem tido uma experiência religiosa baseada na espiritualidade da Teologia da Libertação, o fazem agir diferente, isto é, há uma ética que os impulsionam. Mencionam ainda que isso poder ser verificado em todos aqueles que tiveram essa experiência e que isso faz a diferença entre os que possuem essa religiosidade e àqueles que não a possuem, em suas palavras

*“Eu percebo que no partido nós temos pessoas de diversas origens, embora a maioria até bem pouco tempo atrás, era proveniente das pastorais populares da Igreja em Picos, não só do PT, mas também dos outros partidos de esquerda. Hoje o partido inchou e não sei se somos a maioria com essa origem. Mas o fato é que **as pessoas que vieram dessas experiências da Igreja***

¹ Pastoral de Juventude do Meio Popular.

baseada na Teologia da Libertação, passaram por uma carga de formação ideológica e cristã prática e teórica muito forte, de anos e anos, e isso provocou nelas essa postura ética participativa, transparente e de fazer com que o outro se torne sujeito ... esses princípios nasceram dessa experiência e teoria e permanecem até hoje. Hoje sei que esses princípios, por si só, não são suficientes para transformar a sociedade. Eu vejo também que hoje, outras pessoas que tem os mesmos ideais e compromissos, mas que não nasceram desse mesmo campo, elas tem mais dificuldades de sustentar essa postura, elas são mais volúveis, elas tem uma maior tendência a mudar de opinião, a serem mais influenciados quando estão no poder”.

(Entrevista com coordenador “C” do MEB/Picos – SOUSA, 2003).

Um outro depoimento também corrobora com essa relação entre a Teologia da Libertação e uma postura ética compromissada com os valores evangélicos da justiça, especialmente atenta aos mais pobres, independente de suas filiações ideológicas e partidárias. Vejamos o testemunho de um desses agentes leigo que atuou em uma prefeitura do PT na região de Picos.

“Se a gente como político, como gestor público, não tiver em mente a fé, a salvação, você acaba se envolvendo na corrupção, deixando de fazer o que é melhor para o povo e começa a pensar muito mais no que você vai ganhar com o cargo de confiança do trabalho que você ta fazendo do que ajudar o povo. Ou quando for ajudar o povo, pensar primeiro em interesses políticos como predileção para seu grupo partidário etc. Isso é uma tendência muito forte. Por exemplo, do ponto de vista político partidário você recebe um projeto de uma comunidade que votou contra o Wellington Dias pra governador e contra o Lula pra presidente e você sabe que ela dificilmente nos próximos 10 anos votará no PT e aí você tem que analisar o projeto dessa comunidade. A primeira reação é de nem pensar em analisar, é engavetar, pois pra que eu vou “alimentar cobra pra depois ta sendo envenenado?” Se você não tiver uma fé, uma ética você não vai adiante e fica nesse estágio de reação partidária e não pensa no bem maior. A mística, a fé é que vai dizer que não podemos seguir esse impulso. O Governo é para o bem comum, é para ajudar as pessoas do ponto de vista social e todas as pessoas, inclusive aqueles inimigos partidários. Hoje eu me garanto nessa perspectiva, pois ainda conservo e alimento essa mística, mas sem ela não posso garantir essa conduta ética”.

(Entrevista com coordenador “D” do MEB/Picos – SOUSA, 2003).

Esse último depoimento, especialmente, revela um traço peculiar do virtuosismo religioso mencionado por Weber quando diz que uma doutrina de salvação religiosa metódica possui uma *ética de virtuosos* que sempre exige a comprovação da virtuosidade. O virtuoso “só tem a verdadeira certeza de salvação quando comprova para si mesmo, sempre de novo, sua espiritualidade de virtuoso em situações de tentação” e que o “asceta intramundano” é “um racionalista tanto no sentido de uma sistematização racional de sua condução de vida pessoal quanto no sentido da rejeição de tudo o que é eticamente irracional (...) Mas, antes de tudo, o objetivo específico é sempre o domínio metódico “desperto” da condução da própria vida” (WEBER, 1994,p.364 e 366).

Procuramos, já encaminhando uma conclusão, responder a questão do porquê essa compreensão de política, que assumida como meio de salvação e conseqüentemente possuindo uma concepção mundana de salvação se apresentou tão fortemente na história de vida desses leigos, inclusive de ter se tornada pública. Explicamos sociologicamente que, entre outros motivos, o contexto sócio-histórico de gritantes contrastes sociais em que estavam inseridos os agentes leigos do MEB/Picos, somado com a perspectiva eclesial de uma diocese que em suas origens acentuou uma linha de evangelização e pastoral baseada organicamente no ideário das conferências latino americanas que traduziram o “*aggiornamento*” do Concílio Vaticano II, bem como uma certa hegemonia das idéias da Teologia da Libertação nos meios eclesiais de então, especialmente na direção da CNBB e nas pastorais sociais, notadamente nos primeiros anos de socialização religiosa da maioria desses leigos, criaram um clima favorável para que se germinasse e se desenvolvesse essa concepção mundana de salvação, onde a política possui uma sacralidade, pois para a Teologia da Libertação “viver a fé desemboca numa “prática política”, todavia não devendo confundir essa relação com mera instrumentalização, porque a fé cristã em suas origens já possui, em si, uma dimensão política.

Nesse contexto observamos o que Weber disse sobre o ascetismo negador do mundo, para ele o mesmo está primariamente dirigido à atividade no mundo, “o asceta que rejeita o mundo tem, pelo menos, para com o “mundo” a relação íntima negativa de uma luta incessante. Por isso é mais adequado falar neste caso de “rejeição do mundo” e não de “fuga do mundo”, a qual caracteriza mais o místico contemplativo” (WEBER, 1994,p.366). Assim, a Teologia da Libertação em sua ação política para esses agentes leigos do MEB/Picos, pode ser entendida como uma forma de rejeição intramundana do mundo.

Convém observarmos, antes de concluirmos que, não obstante centrarmos nossa análise na ação do laicato da Igreja Católica, isso não significa que compartilhemos de uma visão, no mínimo ingênua, de que os mesmos ocupam um papel precípua na estrutura católica, notadamente nas questões

de poder decisório. É importante ressaltar esse ponto, já que com a hegemonia do projeto centralizador da Igreja Católica, encabeçado pela cúpula romana do Vaticano (BOFF, 1996,p.56), coroado recentemente com a eleição do ícone mor desse projeto, o cardeal Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, e o tão destacado “*protagonismo dos leigos*” presente nos vários documentos eclesiais latino-americanos, como o da Conferência Episcopal Latino-americana de Santo Domingo (1992), não se gere um ingênuo romantismo baseado em discursos que na prática ocultam exercícios de poder não emancipatórios dentro da instituição². Como dizia Gómez de Souza (1994,p.37), essa insistência de que o leigo seja protagonista na verdade só revela que o mesmo não o é de fato, “trata-se de uma maneira indireta de constatar que seu lugar não está garantido. Não há ainda o real protagonismo do leigo, do contrário não se daria tanta ênfase ao tema, pois que estaria no rol das coisas normais e não das prioridades”.

É mister lembrarmos que sendo a Igreja Católica uma instituição milenar, universal e altamente hierarquizada, mas que para se conservar como tal durante todos esses séculos soube adaptar-se às mais diferentes e exigentes situações sem, contudo, perder a sua unidade centrada na autoridade papal, talvez encontre aí mesmo os seus limites e possibilidades quanto aos espaços de participação, já que “o caráter universal do discurso da Igreja exige que ele seja genérico de maneira poder atingir todas as nações e todas as classes (...) a tradução desse discurso genérico em cada sociedade responde a dinâmica desta” (PAIVA, 1984:80). No MEB, vimos o próprio movimento do real que nos apresenta como “tensão dialética sempre superável do **já sido** e do **ainda não no sendo**” (CURY, 1989,p.31 – grifo nosso) quando se irrompe novas formas de exercício participativo de poder emancipatório na construção da própria instituição, bem como no seu serviço às organizações populares.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a Teologia da Libertação, em concordância com o insuspeito teólogo suíço Urs Von Balthasar, constituiu-se o maior acontecimento da cristandade pós-concílio Vaticano II. A mesma, nascida em terras latino-americanas, constitui-se uma resposta genuinamente profética aos desafios de um mundo secularizado e que, não obstante os desafios internos e externos que deve enfrentar³, já criou, em termos sociológicos, caminhos de salvação através um ascetismo ativo intramundano dentro do catolicismo latino-americano.

² É interessante observar que essa análise das nuances dos discursos presentes, inclusive nos documentos oficiais, embora apresentem e estimulem esse protagonismo, ao mesmo tempo apresentam seu limite. Ver Cânion 129, parágrafo 2^a do Código de Direito Canônico (1987,p. 55) e o comentário feito em nota pela edição brasileira: “Reafirmando, em princípio, a capacidade dos que receberam o sacramento da ordem para possuir e exercitar esse poder deixa aberta a porta para que os leigos possam **cooperar** em seu exercício. Seria o caso de perguntar se não há aqui o desejo de manter a velha legislação, pelo menos nas aparências. Se os leigos podem receber uma participação no poder de reger é porque têm uma base para tanto no seu ser cristão. Por outro lado, é preciso ressaltar que essa possibilidade não está restrita aos homens, mas se estende também às mulheres”.

³ Não foi nosso objetivo, neste artigo, problematizar sobre as lacunas e desafios da Teologia da Libertação, entretanto somos cômicos de que a mesma ao longo desses mais de 30 anos, como qualquer criação, teve que desenvolver uma reflexão permanente para poder responder satisfatoriamente aos desafios da realidade que se apresentam

Outrora esse caminho de salvação foi aberto somente pela reforma protestante que se desviando “da ‘fuga contemplativa do mundo’, dirigindo-se ao invés disso para um ‘trabalho neste mundo’, ativo e ascético” (WEBER, 1974,p.334), inaugurou uma conduta ética onde a saúde soteriológica do crente estava diretamente relacionada com o seu sucesso, via desempenho econômico. No caso da Teologia da Libertação, esse ineditismo se instaurou igualmente pela “rejeição intramundana do mundo”, porém o indicador da saúde soteriológica do fiel não se dá pela economia, mas pela política, isto é, pela ação política em vista da justiça social que gera sinais do Reino de Deus neste mundo ainda mesmo que parcialmente.

constantemente, ainda mais quando se quer ser uma “reflexão cristã encarnada” na realidade dos mais pobres. Nesse percurso, entretanto, nem sempre esteve suficientemente aberta a questões como a discriminação da mulher, do negro, do índio, das variantes étnicas e culturais, a questão ecológica e outras, como menciona Assmann (1995,p.102) a Teologia da Libertação, através de seus propaladores, não esteve imune da incorporação dos “ismos” e de “mediações sócio-analíticas, esquemas de luta, vanguardismos impopulares, e até com doses solapadas de populismo” que não criam artificialidades e ilusões no afã de aprisionar o real em seus esquemas. Entretanto, essas temáticas e problemáticas, desde o final da década de 1980, vêm sendo incorporadas gradativamente na produção teológica desta teologia como podemos ver na emergência de várias teologias como a teologia negra, ecológica, feminista, indígena, etc. a ponto de hoje se falar numa pluralidade de Teologias da Libertação. Nas palavras da teóloga Ivone Gebara (1987,p.162) “os sujeitos emergentes pedem à Teologia da Libertação que a opção pelos pobres se transforme na opção pelos pobres se transforme na opção pelo outro empobrecido; para que se leve em conta à dimensão da *alteridade* além da socioeconômica”. Na realidade do século XXI, esta teologia ao enfrentar esses e outros desafios de uma realidade pluralista, tem se atualizado e respondido a essas questões emergentes. Indubitavelmente um outro desafio que a Teologia da Libertação, embora não somente a mesma, mas todos os setores progressistas do catolicismo, devem intrepidamente continuar a enfrentar é a conservação, criação e desenvolvimento de estruturas e movimentos conservadores, no seio do catolicismo, respaldados durante o pontificado de João Paulo II e certamente também no atual papado de Bento XVII, o cardeal Ratzinger, que possui uma nítida e agressiva perspectiva ultraconservadora e autoritária como, por exemplo, a “Opus Dei” e outros. Para maiores detalhes sobre as novas perspectivas da Teologia da Libertação ver BOFF (1996), BRIGHENTI (2004), SILVA (2004) e sobre o percurso e o poder da “Opus Dei” no Vaticano, ver interessante obra do perito em fundamentalismos Peter Hertel (2003) e sobre o retrocesso histórico para a Igreja Católica no Pontificado de João Paulo II, ver o artigo crítico de Hans Küng, publicado no “DER SPIEGEL” em março deste ano, intitulado “Papa João Paulo II representa um retrocesso histórico para a Igreja Católica”, disponível em português <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2005/03/31/ult2682u17.jhtm>.

Referências:

- ANDRADE, Paulo Fernando C. de. **Fé e Eficácia: o uso da Sociologia na Teologia da Libertação**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991
- ARENDT, Hannah., **A Condição Humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ASSMANN, Hugo. *Teología de la liberación: mirando hacia al frente*. IN: **Revista Latinoamericana de Teología**. Nº 34, enero-abril. San Salvador, 1995.
- BOFF, Clodovis. *Uma análise de conjuntura da igreja Católica no final do milênio*. IN: LESBAUPIN, Ivo et alii. **Para Entender a Conjuntura Atual: Neoliberalismo, Movimentos Populares, Igreja Católica e Ong's**. Petrópolis, Vozes/ISER – ASSESSORIA, 1996.
- BOFF, Leonardo (org.). **A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- _____ **Teologia do cativo e da Libertação**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BRIGHENTI, A. *Theologie der Befreiung in Brasilien – eine erste partikulare Theologie*. IN: MÜLLER, Hadwig A. M. (Hrsg.). **Neues erahnen – Lateinamerikanische und europäische Kirchen im Gespräch**. Stuttgart/Aachen. Schwabenverlag, 2004.
- CÓDIGO de Direito Canônico. São Paulo: Ed. Loyola, 1987
- CONN, Harvie & STURZ, Richard. **Teologia da Libertação – Suas raízes, seus proponentes e seu significado hoje em dia**. Coleção Pensadores Cristãos – Nº 07 – São Paulo, Editora Mundo Cristão, 1984.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**. 4ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1989.
- DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1988.
- FALS BORDA, Orlando. Por la práxis. El problema de cómo investigar la realidad para transformarla. IN: _____ **Crítica y política en ciencias sociales**. El debate Teoría y Práctica Simposio Mundial em Cartagena, Punta de Lanza. Bogotá, 1978
- _____. **Acción Comunal**. Una vereda colombiana. Bogotá: Universidad Nacional, 1959.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1970.
- GEBARA, Ivone. L'opzione per i poveri come opzione per le donne povere. IN: **Concilium**, Nº 06, dez, 1987.

- GOMÉZ DE SOUZA, Luiz Alberto. Leigo ou simplesmente cristão? IN: PINHEIRO, José Ernanne(org.). **O Protagonismo dos Leigos na Evangelização Atual**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1994.
- GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
- HERTEL, Peter. **Schleichende Übernahme**: Josemaría Escrivá, sein Opus Dei und die Macht im Vatikan. Oberursel.Publik-Forum, 2003.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 1. MONTERO, Maritza. Paradigmas, conceptos y relaciones para una nueva era. **Cómo pensar las Ciencias Sociales desde América Latina**. Caracas: Dirección de Estudios de Postgrado/Facultad de Ciencias Económicas y Sociales/Universidad Central de Venezuela, 1998.
- MORENO, Alejandro. **El aro y la trama**.Caracas: Centro de Investigaciones Populares, 1995.
- PAIVA, Vanilda. Teses sobre a Igreja Moderna no Brasil. In: **Religião e Sociedade**. Nº 11/1. Rio de Janeiro, Editora Campus LTDA, 1984.
- [SCHLUCHTER](#), Wolfgang. As origens do racionalismo ocidental. IN: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- _____., **Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus**. Tübingen: Mohr, 1979.
- SILVA, Antônio Aparecido. Afro-amerikanische Theologie in Brasilien – Ausdruck des theologischen Pluralismus. IN: MÜLLER, Hadwig A. M. (Hrsg.). **Neues erahnen – Lateinamerikanische und europäische Kirchen im Gespräch**. Stuttgart/Aachen. Schwabenverlag, 2004.
- SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses Sousa. **Da sacralização da economia à sacralização da política**: A Teologia da Libertação como uma versão católica de rejeição intramundana do mundo. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília – UnB, 2005.
- _____.. **Entrevistas com coordenadores do MEB/Picos**. Brasília/Teresina/Picos, 2003.
- _____ **Relatório Temático das Entrevistas – MEB - Brasília**. Brasília, Julho de 1999.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1. 3ª Edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.
- _____.. A Psicologia Social das Religiões Mundiais.IN: **Ensaio de Sociologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1974.

